



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER N.º /2024

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária n.º 016/2024, que concede revisão geral anual em 2024 sobre os vencimentos dos servidores efetivos ativos e inativos, funcionários comissionados e subsídios dos Agentes Políticos de Município de Pires do Rio/GO, na forma que especifica e dá outras providências, de autoria da Prefeita, Sra. Maria Aparecida Marasco Tomazini.

A autora, em sua justificativa, esclareceu que o projeto busca atender os requisitos legais impostos pelas Complementares n. 072/2007 e n. 076/2008, que fixaram a data base das revisões gerais anuais dos vencimentos dos servidores públicos municipais e demais providências legais.

Além do mais, disse que a divulgação do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) ocorre sempre no primeiro decêndio do mês seguinte ao da coleta dos dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aduzindo, ainda, que o INPC foi criado com o objetivo de orientar os reajustes de salários dos trabalhadores, ou seja, objetivando corrigir o poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento (de um a cinco salários-mínimos).

Consignou que, a teor da Lei Complementar n. 076/08, no ano de pleito eleitoral na circunscrição do Município, a data-base dar-se-á sempre no dia primeiro de abril.

Definindo, assim, em seu projeto, o índice de reajuste em 3,40% (três vírgula quarenta por cento), correspondente à variação do índice suso mencionado.

Após a leitura em plenário, o projeto em questão foi encaminhado às Comissões.

É o necessário relato.



II – VOTO DO RELATOR

Em proêmio, importa dizer que é direito do servidor a periódica e percentual correção de sua remuneração diante da desvalorização da moeda, conforme reza o artigo 50, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal¹.

Para regular essa situação, existem duas legislações em vigor, Lei Complementar n. 072/2007 e Lei Complementar n. 076/2008, esta consagra que o parâmetro para revisão será o INPC² e aquela aduz que a data base é o mês de negociação das perdas salariais anuais dos servidores e que a ocasião se dará em 1º de maio de cada ano³, excetuados os anos em que ocorrer pleito eleitoral na circunscrição do Município, quando ocorrerá em 1º abril.

Esta relatora, ao analisar a propositura, compreendeu que o projeto em análise é pertinente e merece aprovação desta Casa Legislativa, posto que busca oferecer reajuste condigno aos servidores públicos, em consonância ao índice estabelecido pelo IBGE.

Além disso, é importante registrar que o artigo 73, inciso VIII, da Lei Federal n. 9.504/97 veda a revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda do poder aquisitivo. Vejamos.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:
[...]

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

Assim, compreendo que o projeto, ao valer-se do parâmetro estabelecido pelo IBGE, cumpre os requisitos da legalidade,

¹Art. 50 – São direitos dos servidores públicos municipais, dentre outros que visem a melhoria de sua condição social:

Omissis

XXI – correção da remuneração em percentual e periodicamente definidos em lei, em face da desvalorização da moeda;

²Art. 3º - A data base é o mês de negociação das perdas salariais anuais dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, tendo como base o índice estipulado pelo INPC.

Parágrafo único – No ano do pleito eleitoral na circunscrição do Município a data base dar-se-á, sempre no dia 1º de abril.

³Art. 2º - A data base é o mês de negociação das perdas salariais anuais dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, tendo como base o índice estipulado pelo IGPM.

Art. 3º - A data base de que trata o art. 2º dar-se-á sempre no dia 1º de maio de cada ano.



constitucionalidade, bem como aqueles concernentes ao Regimento Interno, além de ostentar boa técnica legislativa, não havendo nenhuma mácula que prejudique sua marcha, razão pela qual **OPINO POR SUA TRAMITAÇÃO.**

Pires do Rio, em 17 de abril de 2024.

Vereadora **MARINA DA FARMÁCIA**
Relatora



DECISÃO DA COMISSÃO

Os vereadores membros da Comissão de Justiça e Redação ratificam integralmente o parecer exarado pelo(a) digno(a) relator(a), votando favoravelmente pela tramitação do projeto em questão.

É como votamos.

Pires do Rio, 17 de abril de 2024.

Vereador **JÚNIOR DA METASA**
Presidente


Vereadora **MARINA DA FARMÁCIA**
Relatora


Vereador **NENECO**
Membro